

ILMO. SR. PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO DO MUNICÍPIO DE MONTE CARMELO-MG.

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO SRP. Nº. 49/2023.

Processo Administrativo nº. 80/2023.

Objeto: Aquisição de Formicida, Inseticida, Moluscicida e Raticida, Solicitados Pela Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos e Rurais de Monte Carmelo-MG.

PRAG MINAS COMÉRCIO AGROPECUÁRIO EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 21.578.205/0001-29, com sede na Rua Deputado José Raimundo, nº 500, Bairro Dona Clara, Belo Horizonte/MG, CEP: 31.260-150, por seu procurador infra-assinado, vem apresentar Contra Razões ao Recurso Administrativo, interposto pela empresa recorrente, NOROESTE COMERCIAL DE SUPRIMENTOS LTDA EPP, demonstrando nesta as razões de fato e de direito pertinentes para desprover o recurso interpostos:

1. Considerações Iniciais

Ilustre Pregoeiro e Equipe Apoio da Prefeitura Municipal de Monte Carmelo - MG, o respeitável julgamento do RECURSO ADMINISTRATIVO e recai neste momento para sua responsabilidade, o qual esta empresa RECORRIDA confia na lisura, na isonomia e na imparcialidade a ser praticada no julgamento em questão, buscando pela proposta mais vantajosa para esta digníssima administração.

2. Da Tempestividade

A RECORRIDA faz constar o seu pleno direito a interposição da Contra Razões ao Recurso Administrativo devidamente fundamentado pela legislação vigente e as normas de licitação. Solicitando que o Ilustre Sr. Pregoeiro e a Equipe de Apoio de Licitação, analise todos os fatos apontados, tomando para si a responsabilidade do julgamento, conforme disposto no item 12 do Edital de Licitação.

3. Dos Fatos

A presente Contra Razões ao Recurso Administrativo é interposta em decorrência do procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico nº49, pelo Sistema de Registro de Preços, realizado no dia 28 de julho de 2023, pelo Município de Monte Carmelo - MG, tendo como finalidade a aquisição de Formicida, Inseticida, Moluscicida e Raticida, solicitados pela Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos e Rurais de Monte Carmelo-MG.

Enfatiza-se que o certame ocorreu respeitando todas as legalidades necessárias para concretizar o processo licitatório e tendo sido o resultado divulgado no dia 29 de julho deste corrente ano.

No resultado, justamente a presente empresa CONTRARAZOANTE foi declarada como VENCEDORA por apresentar melhor proposta e cumprir todas exigências habilitatórias, porém tanto o edital quanto a própria legislação dispõe do direito de que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer. Com isso a RECORRENTE interpôs recurso administrativo fazendo apontamentos para que seja verificada a efetividade da proposta que fora apresentada pela empresa declarada vencedora.

Entretanto, conforme será demonstrado, o recurso administrativo não merece provimento em nenhum aspecto, justamente por trazer motivações protelatórias e equivocadas.

4 Do Mérito

4.1. Do atendimento do termo de referência do edital.

O Edital do certame é claro e vincula todos os licitantes. É a lei da licitação no caso concreto, não sendo facultado à Administração usar de discricionariedade para desconsiderar determinada exigência do instrumento convocatório. O descumprimento das cláusulas constantes no mesmo implica em ir contra os princípios norteadores da licitação, expressos no art. 3º da Lei n.º 8.666/93:

Art. 3º. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, **a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.** (grifos nossos).

Dessa forma, adentrando agora no mérito do presente recurso, cumpre salientar que o produto ofertado no item 6 (seis), que é o objeto do recurso, pela empresa recorrida, atende plenamente às especificações exigidas no Anexo I - Termo de Referência, pois o mesmo apresenta as características solicitado no Edital. Vejamos:

Item	Especificação do produto conforme o Termo de Referencia do Edital
06	INSETICIDA EM ESTADO LÍQUIDO A BASE DE PRALETRINA PARA REALIZAÇÃO DO UBV PESADO NAS AÇÕES ENDÊMICAS. EMBALAGEM DE 01 LITRO. (grifos nossos).

O produto ofertado pela empresa vencedora Prag Minas possui as seguintes descrições:

Descrição do produto ofertado pela recorrida - Prag Minas
Produto ofertado: Shoot – Rogama. Inseticida líquido (concentrado emulsionável), com efeito desalojante e efeito knock-down, para uso profissional e em campanhas de saúde pública. Indicado no controle de baratas, moscas e mosquitos. Serve para o uso tanto de pulverização superficial quanto para de UBV (Ultra Baixo Volume) . Composição: Praletrina 1,25% (p/p) e Butóxido de Piperonila (PBO) 8,5% (p/p). Apresentação: Frasco Coex de 1L. (grifos nossos).

O produto que a recorrente apresentou possui as seguintes descrições:

Descrição do produto ofertado pela Recorrente – Noroeste
Produto ofertado: Nokgard 25 CE – Bequisa. Inseticida líquido (concentrado emulsionável) indicado para o controle de baratas, moscas, mosquitos e pulgas. Serve para o uso de aplicação superficial (pulverização), termonebulização (FOG) e pulverização ultra baixo volume (UBV) . Composição: Praletrina 2,5% p/p, Butóxido de Piperonila 10% p/p. Apresentação: Frasco Plástico de 1L. (grifos nossos).

Como pode ser observado o produto ofertado pela empresa declarada vencedora atende as especificações do termo de referência solicitado no edital. Que é um produto à base de Praletrina e que serve para o uso de UBV, o que consequentemente classifica a proposta da referida empresa. Isso por si só não deveria levantar questionamentos uma vez que tais informações estão na ficha técnica apresentada juntamente com o documento de habilitação.

A recorrente traz em suas razões recursais questionamentos quanto à concentração do produto ofertado alegando que a mesma é menor comparado a outros produtos do mercado com a mesma formulação e que em termos de custo dose isso traria desvantagem para a Administração pública.

Acontece que o produto ofertado pela recorrente de fato tem a concentração maior comparado ao produto da empresa vencedora. Mas o fato da concentração do princípio ativo ser menor não significa que possa trazer prejuízos para a Administração, uma vez que o produto é eficaz para o uso destinado. A concentração menor traz mais segurança ao profissional que irá utilizar o produto, uma vez que o risco de intoxicação e até o risco ao meio ambiente são menores.

Considerando que as regras previstas no instrumento convocatório é lei entre os licitantes (Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório), não se podem admitir exigências que não foram estipuladas no edital, ou seja, o edital não especifica quantidade de concentração do produto ativo. Inclusive, a própria recorrente reconhece que o a concentração pretendida no item 6 não é especificado no Termo de Referência. Mas isso não significa que o produto ofertado pela recorrida pode causar grandes prejuízos a Administração pública ou ainda que isso anule a sua eficácia quanto ao uso pretendido.

Não é todo e qualquer produto que atenderá aos objetivos traçados pelo Município no Termo de Referência, mas é importante ponderar se o produto ofertado atende como, por exemplo, eficácia, durabilidade e qualidade, isto sem falar das minimizações aos impactos ao meio ambiente, que cada vez mais ganham relevância no ordenamento jurídico pátrio, tendo, inclusive, posição de destaque no art. 5º, da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei 14.133/2021) quando menciona o desenvolvimento nacional sustentável como sendo um dos princípios basilares. E a empresa declarada vencedora não foge destes termos.

4.2. Do pedido de desclassificação da proposta comercial

A recorrente alega que a proposta vencedora de menor valor não é a mais vantajosa para o município de Monte Carmelo pois segundo demonstra em suas razões recursais o seu produto por ter maior concentração acaba tendo um maior rendimento e o custo dose é menor apesar do produto ofertado por ela ter um valor 5,2% a mais que o da vencedora e por isso pede a desclassificação da mesma.

Seguindo os ritos legais da lei de licitações nº 8.666/9, a previsão da desclassificação encontra-se nos artigos 43 e 48, que dispõe o seguinte:

Art. 43. A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:

(...)

IV - verificação da conformidade de cada proposta com os requisitos do edital e, conforme o caso, com os preços correntes no mercado ou fixados por órgão oficial competente, ou ainda com os constantes do sistema de registro de preços, os quais deverão ser devidamente registrados na ata de julgamento, promovendo-se a desclassificação das propostas desconformes ou incompatíveis;

V - julgamento e classificação das propostas de acordo com os critérios de avaliação constantes do edital;

Art. 48. **Serão desclassificadas:**

I - as propostas que não atendam às exigências do ato convocatório da licitação; [grifos nossos].

Sobre o assunto, convém trazer à baila a respeitada doutrina de JOSÉ DOS SANTOS CARVALHO FILHO:

A vinculação ao instrumento convocatório é garantia do administrador e dos administrados. Significa que as regras traçadas para o procedimento devem ser fielmente observadas por todos. Se a regra fixada não é respeitada, o procedimento se torna inválido e suscetível de correção na via administrativa ou judicial.

O princípio da vinculação tem extrema importância. Por ele, evita-se a alteração de critérios de julgamento, além de dar a certeza aos interessados do que pretende a Administração. E se evita, finalmente, qualquer brecha que provoque violação à moralidade administrativa, à impessoalidade e à probidade administrativa. (CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 26 ed. São Paulo, Atlas. P. 246.).

Desta forma, a Administração não pode desabilitar empresa que cumpriu o disposto em edital, sob pena de mudar as regras do certame após o seu início, ferindo de sobremaneira os princípios da legalidade, da igualdade e da vinculação ao instrumento convocatório.

Neste contexto, resta cristalino que a decisão de desclassificar a proposta em discussão, fere os princípios basilares do Processo Licitatório, em especial, o da isonomia, que garante tratamento igualitário entre os participantes e o da vinculação ao instrumento convocatório que busca vincular a Administração e os licitantes aos termos do edital. Uma vez que em nenhum momento a proposta apresentada descumpriu o que o edital e as legislações pertinentes exigem.

4. Dos Pedidos

Assim é que se REQUER a esse Ilustre Pregoeiro e a Equipe de Apoio das Licitações que se digne de rever que:

a) Diante de todo o exposto, receba a manifestação de contrarrazões ao recurso administrativo e ao final, seja mantida a declaração de vencedora a empresa licitante, **Prag Minas Comércio Agropecuário**, uma vez que resta demonstrado que atendeu integralmente as exigências do edital, com o consequente prosseguimento do certame, tudo em observância aos princípios norteadores da licitação.

b) Não sendo acatado o pedido acima formulado, REQUER que se digne de fazer remessa da contrarrazões ao recurso administrativo à autoridade que lhe for imediatamente superior, a fim de que a mesma o aprecie, como de direito.

Nestes termos, pede deferimento.

Belo Horizonte/MG, 07 de Julho de 2023.

PRAG MINAS COMÉRCIO AGROPECUÁRIO EIRELI
Eduardo José da Silva Borges
Representante Legal